

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE MERCEDES  
– PR**

**Pregão Eletrônico nº 30/2026**

**Processo Licitatório nº 60/2026**

**UASG: 985531 – MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR**

**Lei nº 14.133/2021**

**RECORRENTE**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 55.356.846/0001-50, com Endereço na rua Pastor Ernesto Gerstberger, nº 180, na cidade de Nova Santa Rosa, Estado de Paraná, que neste ato regularmente representado por seu Sócio Proprietário, Srº Egon Miguel Schulz, vem interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face da decisão que declarou vencedor o licitante do Item 14, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos pelas razões que passa a expor.

**Recorrido:** Julgamento da proposta do item 14.

**Licitante favorecido:** WALTER NETO CHAMBO PR – CNPJ: 04.492.654/0001-30

### **I – SÍNTESE DOS FATOS**

O presente procedimento licitatório tem por objeto a aquisição de equipamentos de tecnologia, dentre os quais o Item 14, cujas especificações técnicas encontram-se detalhadas no Termo de Referência.

No curso da fase de julgamento das propostas, a Licitante favorecida foi instada pelo Pregoeiro a esclarecer divergência existente entre a proposta apresentada e a ficha técnica juntada aos autos, especificamente no que se refere à quantidade de memória RAM do equipamento ofertado.

Em resposta, a licitante limitou-se a afirmar que teria se equivocado no envio do catálogo, alegando, de forma genérica, que o produto atenderia ao edital por corresponder ao modelo de referência indicado, sem, contudo, apresentar documentação técnica idônea que comprovasse tal afirmação (Anexo I).

Ainda assim, a proposta foi mantida classificada, em afronta às regras do edital e à legislação vigente.

## **II – DA DIVERGÊNCIA MATERIAL ENTRE PROPOSTA E FICHA TÉCNICA**

O Termo de Referência exige, de forma objetiva, que o equipamento possua 8GB de memória RAM.

Entretanto, a ficha técnica apresentada pela própria licitante não comprova tal requisito, evidenciando divergência entre o conteúdo da proposta e o documento técnico que deveria sustentá-la.

Instada a se manifestar, a licitante não apresentou novo catálogo, ficha técnica corrigida ou qualquer documento oficial do fabricante que comprovasse o atendimento ao requisito, limitando-se a alegação genérica de erro no envio do arquivo.

Tal conduta não supre a exigência editalícia, uma vez que a comprovação técnica do produto ofertado deve ocorrer no momento da apresentação da proposta, não sendo admissível sua substituição posterior por mera declaração unilateral do licitante.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que não se admite a substituição ou complementação substancial de documentos técnicos após a fase de apresentação das propostas.

Nesse sentido, o Acórdão 1.214/2013 – Plenário estabelece que:

*“É irregular a aceitação de proposta que não atenda às exigências do edital, ainda que sob o argumento de posterior regularização.”*

Da mesma forma, o Acórdão 1.793/2011 – Plenário dispõe que:

*“A proposta deve conter todos os elementos necessários à sua análise, não sendo possível admitir complementações posteriores que alterem substancialmente seu conteúdo.”*

No caso em análise, não se trata de mero esclarecimento, mas de tentativa de substituição da base técnica da proposta, o que é vedado.

### **III – DA IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE CATÁLOGO E DA VEDAÇÃO À CORREÇÃO MATERIAL**

A alegação de envio equivocado de catálogo não autoriza a Administração a aceitar proposta desacompanhada de comprovação técnica adequada.

O catálogo técnico é elemento essencial para verificação do atendimento aos requisitos do edital, não podendo ser substituído por declaração posterior do licitante.

Permitir tal prática implicaria violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao julgamento objetivo, além de conferir tratamento privilegiado à licitante, em detrimento dos demais concorrentes que apresentaram documentação completa e adequada.

O Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento de que somente são admitidos saneamentos formais, não sendo possível corrigir falhas que alterem o conteúdo substancial da proposta.

Nesse sentido, o Acórdão 2.622/2013 – Plenário dispõe que:

*“Deve a Administração desclassificar propostas que não atendam às exigências do edital, sendo vedada a aceitação de propostas incompletas ou que dependam de complementação posterior.”*

### **IV – DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS ITENS OBRIGATÓRIOS (CAPA, PELÍCULA E ACESSÓRIOS)**

O Termo de Referência estabelece que o fornecimento do equipamento deve incluir, obrigatoriamente capinha, película, cabo de dados e fonte com carregamento rápido.

Todavia, a ficha técnica apresentada pelo licitante não comprova o fornecimento desses itens, inexistindo qualquer indicação objetiva de que acompanham o produto ofertado.

Tal omissão configura incompletude material da proposta, uma vez que o objeto ofertado não corresponde integralmente ao definido no edital.

A aceitação de proposta que não comprova o fornecimento de todos os itens exigidos viola o princípio da isonomia e compromete a comparabilidade entre os licitantes.

## **V – DA VIOLAÇÃO À LEI Nº 14.133/2021**

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 5º, os princípios da isonomia, da competitividade e do julgamento objetivo como pilares das licitações públicas.

O art. 11 determina que o julgamento deve ocorrer com base em critérios objetivos e previamente definidos, enquanto o art. 59 impõe a desclassificação das propostas que não atendam às exigências do edital.

No presente caso, a manutenção da proposta classificada implica:

- Aceitação de documento técnico divergente;
- Admissão de correção material indevida;
- Ausência de comprovação de requisitos obrigatórios.

Tais circunstâncias configuram violação direta ao regime jurídico das contratações públicas.

## **VI – DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer:

- a) O conhecimento e provimento do presente recurso administrativo, para que seja reformada a decisão recorrida, com a consequente desclassificação da proposta da Licitante favorecida para o Item 14, em razão da divergência material entre proposta e ficha técnica quanto à memória RAM, bem como pela ausência de comprovação dos itens obrigatórios que compõem o objeto;
- b) O regular prosseguimento do certame, com a reanálise das propostas remanescentes, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Nestes termos, pede deferimento.

Nova Santa Rosa – PR, 16 de abril de 2026.

---

55.356.846 EGON MIGUEL SCHULZ  
55.356.846/0001-50

## **ANEXO I**

^ Chat

Verificamos uma divergência entre sua proposta e a ficha técnica apresentada para o item 14


13/04/2026 às 14:01

Pedimos para que o Sr. verifique e informe corretamente a quantidade de memória RAM disponível no aparelho para que possamos dar seguimento

13/04/2026 às 14:01

 Ola o modelo é conforme a especificação solicitada em edital.

13/04/2026 às 15:28

 acabei me equivocando no arquivo enviado, mas garantimos que os itens serão entregues conforme o modelo de referencia do edital.

13/04/2026 às 15:29

 Item 14 - Referência: Celular Samsung Galaxy A17 5G.

13/04/2026 às 15:33